



REALIDADES VIVENCIADAS POR PROFESSORES NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19

REALITIES EXPERIENCED BY TEACHERS DURING THE PANDEMIC OF COVID-19


Elisabeth Rossetto 1
Geovane dos Santos da Rocha 2

Resumo: A pandemia originada pela Covid-19 desencadeou diversas alterações na realidade brasileira, inclusive nos modos de realização das atividades das instituições escolares. Devido à necessidade do estabelecimento de medidas de isolamento social, o ensino remoto passou a ser o principal meio de exercício das mediações pedagógicas. Considerando esse contexto, o presente estudo investiga as realidades vivenciadas por professores durante o período de pandemia de Covid-19. Para isso, emprega um questionário respondido por 170 professores do município de Cascavel/PR, no qual as informações são analisadas e discutidas com a intermediação de procedimentos mistos. O referencial que embasa as discussões é o da Psicologia Histórico-Cultural. Os resultados do estudo apontam que as realidades vivenciadas pelos professores foram marcadas por cobranças em relação à aprendizagem dos alunos, pelo excesso de atividades burocráticas, pela falta de tempo para o lazer, pela demasia de atividades domésticas e familiares a serem efetuadas, dentre outros fatores.

Palavras-chave: Covid-19. Professores. Saúde Mental. Pandemia.

Abstract: The pandemic caused by Covid-19 triggered several changes in the Brazilian reality, including the ways in which the activities of school institutions are carried out. Due to the need to establish social isolation measures, remote teaching has become the main means of exercising pedagogical mediations. Considering this context, the present study investigates the realities experienced by teachers during the Covid-19 pandemic period. For this, it uses a questionnaire answered by 170 teachers from Cascavel/PR, in which the information are analysed and discussed with the intermediation of mixed procedures. The reference that supports the discussions is the Historical-Cultural Psychology. The results of the study indicate that the realities experienced by teachers were marked by demands in relation to student learning, by the excess of bureaucratic activities, by the lack of time for leisure, by the excess of domestic and family activities to be carried out, among other factors.

Keywords: Covid-19. Teachers. Mental Health. Pandemic.

-
- 1 Doutora em Educação pela UFRGS. Professora na UNIOESTE campus Cascavel. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9680222435474093>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4581-2446>. E-mail: erossetto2013@gmail.com
 - 2 Mestre em Educação pela UNIOESTE campus Cascavel. Doutorando em Educação pela UNIOESTE campus Cascavel. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6727562432762076>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4706-3426>. E-mail: geovanesarocha@outlook.com
- 

Introdução

Em diversas épocas de sua história, a humanidade esteve defronte a patologias que não só trouxeram efeitos nocivos à saúde da população, mas que também alteraram a realidade vivenciada pelos indivíduos em razão das intervenções necessárias para seu enfrentamento. Gullot e Serpa (2020) destacam, por exemplo, que algumas doenças transmissíveis, como a Peste Bubônica e a Febre Amarela, ambas do século XIX, possuem histórico de medidas de quarentena e isolamento associadas aos procedimentos de tratamento dos sujeitos enfermos. A necessidade de emprego de intervenções estatais para prevenção, controle e redução de danos faz com que eventos como os citados, de emergência em saúde pública, tragam consigo repercussões econômicas, sociais e políticas à sociedade. Nesse enquadramento, eventos de pandemia ganham destaque devido ao grande número de pessoas afetadas, às numerosas regiões em que se espalham e à ampla gama de efeitos adversos ocasionados à civilização.

De acordo com Rezende (1998), a terminologia *pandemia* tem sido utilizada desde o século IV a.C., na Grécia Antiga. Os primeiros registros de seu uso remetem a Platão, que recorreu à palavra, composta pelo prefixo *pan* (inteiro) e o termo *demos* (povo), para referir-se a um acontecimento que poderia alcançar toda a população. Nesse contexto, ao contrário de uma epidemia, em que há um elevado número de casos de uma doença em um curto período de tempo, e de uma endemia, que se refere a uma enfermidade característica de um povo, país ou região, uma pandemia caracteriza-se pelo rápido alastramento da patologia por vários países e, em muitas ocasiões, até a mais de um continente – como é o caso da mais recente pandemia mundial, a *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19).

Eventos pandêmicos suscitam milhares de mortes nos locais em que ocorrem, além de desencadear significativas alterações na realidade vivenciada pelos indivíduos. A título de exemplo, a característica epidemiológica de isolamento social, baseada em restrições no convívio interpessoal, foi empregada desde os primeiros séculos da história moderna como uma medida de prevenção de contágio. Além do mais, os eventos de pandemia já registrados na história da humanidade evidenciam o potencial catastrófico à saúde da civilização, afetando as condições de vida social da população e o desenvolvimento econômico das nações (GULLOT e SERPA, 2020).

Segundo Lima, Buss e Paes-Souza (2020), um período de pandemia possui a capacidade de destacar e aumentar as tensões e crises já existentes na organização social vigente, isto é, torna visível as problemáticas que assolam a sociedade, tais como as divergências políticas entre as nações, o predomínio do foco econômico nos planos de desenvolvimento, o acúmulo desigual de recursos econômicos, as complicações ambientais ocasionadas pela exploração desenfreada dos recursos naturais, a divergência de acesso a recursos básicos de subsistência e a carência de políticas públicas e/ou o pouco investimento direcionado a elas para sua manutenção. Nesse sentido, a Covid-19 desponta como um recurso exemplificativo do potencial lesivo de um período pandêmico sobre a vida da população.

Tal pandemia, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e ainda em vigência em 2022, ocasionou graves repercussões sobre a educação brasileira, além dos aspectos anteriormente evidenciados. Devido à condição de vírus da Covid-19, em que a transmissão acontece por meio de contato interpessoal, houve a necessidade do emprego de diversas medidas para o controle de sua proliferação. Dentre elas, instituições de ensino brasileiras de todos os níveis utilizaram o ensino remoto para o desempenho de suas atividades, de modo a colaborar com o isolamento social. Habitados até então a exercer suas atividades profissionais com aulas na modalidade presencial, professores necessitaram reformular a maneira de conduzir o processo de ensino e aprendizagem, além de lidar com os próprios efeitos subjetivos de vivenciar um período de incertezas, medos e angústias.

Considerando as repercussões de uma pandemia sobre a saúde pública e, especificamente, sobre a vida de docentes, tal como a pandemia de Covid-19, o presente estudo teve como objetivo investigar as realidades vivenciadas por professores ao longo do período citado. Há destaque a esse público pelo fato de ter sido um dos principais afetados pelas medidas de isolamento social empregadas na época, uma vez que todas as atividades educacionais passaram a ser executadas sob os moldes do ensino remoto. Para a investigação da problemática, aplicou-se um questionário

com 170 professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais do município de Cascavel, estado do Paraná. As informações colhidas foram analisadas com auxílio da Psicologia Histórico-Cultural, além de autores que coadunam com as ideias desse aporte teórico.

Metodologia

O presente estudo possui caráter quanti-qualitativo, tendo tido a finalidade de compreender as realidades vivenciadas por professores no contexto da pandemia de Covid-19. De acordo com Cresswell (2010), em uma pesquisa como essa, de cunho misto, o pesquisador se concentra em coletar dados quantitativos (informações numéricas) e dados qualitativos (informações de texto). Nesse sentido, os dados são analisados de forma estatística e textual/analítica, uma vez que há preocupação com a mensuração do fenômeno e com a compreensão subjetiva dos participantes.

Desenvolveu-se, nesse sentido, uma pesquisa de campo, a qual se caracteriza, conforme expõe Gil (2019), pelo questionamento direto aos sujeitos envolvidos acerca do problema investigado, de modo a haver um aprofundamento sobre o assunto. Esse é um procedimento comumente utilizado para se obter informações específicas sobre o fenômeno que está sendo estudado. Para a coleta das informações, valeu-se de um questionário próprio, constituído por questões abertas e fechadas, o qual foi enviado de modo remoto aos participantes.

Delimitou-se como participantes professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais atuantes no município de Cascavel/PR. O questionário foi enviado a esses somente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo todos os participantes assinado digitalmente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após o período de coleta de dados, obteve-se a participação de 170 professores. Com as informações em mãos, realizou-se a análise e discussão dos dados, a qual ocorreu com base em análise estatística das respostas (questões fechadas) e análise de categorias (questões abertas).

Na análise de categorias, seguiu-se os passos descritos por Minayo (2009): disposição das respostas qualitativas em um único documento para observação; leitura das informações colhidas; decomposição e classificação das respostas com base em categorias, as quais foram eleitas de acordo com o objetivo da pesquisa e as respostas dos participantes. A partir de então, realizou-se a descrição dos resultados da categorização. Também elaborou-se uma composição textual das respostas, a qual, posteriormente, foi adicionada parcialmente ao texto em forma de citações.

Para a discussão dos dados, optou-se pela Psicologia Histórico-Cultural por ser o referencial que melhor permite o entendimento dos fenômenos psicológicos relacionando-os aos aspectos históricos, sociais e culturais do ser humano. Vigotski desenvolveu uma concepção de mundo, de sujeito, que se diferenciava da antiga Psicologia, a qual embasava suas análises em fatores individuais (idealistas), desconsiderando o sujeito na sua totalidade e complexidade. A Psicologia Histórico-Cultural compõe uma abordagem importante para a compreensão do sofrimento psíquico como estreitamente relacionado com o sistema socioeconômico vigente na sociedade, além dos fatores que os produzem.

O período de pandemia de Covid-19

A Covid-19, doença causadora da Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), provocou, e ainda provoca, desafios à manutenção da saúde pública no Brasil e no mundo. Usualmente, o coronavírus era percebido somente em algumas espécies animais, como camelos, gatos e morcegos, raramente infectando seres humanos. Contudo, em dezembro de 2019, ocorreu a transmissão de um novo coronavírus (Covid-19), identificado em Wuhan, China, com a qualidade de transmissão interpessoal (por meio de toques, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro e contato com objetos ou superfícies contaminadas). Seu espectro clínico possui variações de infecções assintomáticas a quadros graves, sendo comum os sintomas de tosse seca, febre, coriza, cansaço, dor de cabeça, dificuldades respiratórias, dor de garganta, distúrbios gastrointestinais, entre outros menos frequentes (BRASIL, 2021).

Conforme Lima, Buss e Paes-Souza (2020), as características da sociedade atual tornaram o mundo mais vulnerável à disseminação de pandemias globais, como de Covid-19, uma vez que a integração entre as economias de todo o mundo tornou possível um aumento exponencial na circulação de pessoas e de mercadorias. Além disso, o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos suscitou mudanças sociais permissivas à transmissão de doenças infecciosas, sendo algumas das transformações percebidas: o adensamento populacional em zonas urbanas; a mobilidade massiva de pessoas em locais comuns e a agregação de grande quantidade de indivíduos de baixa condição econômica em locais precários e com escassez de saneamento básico.

Como resultado, no passar de um mês desde a confirmação do primeiro caso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou – em fevereiro de 2020 – surto de Covid-19, classificando a enfermidade como uma emergência de saúde pública em nível internacional. Porém, foi somente em março de 2020 que a OMS declarou caráter de pandemia à patologia em questão, agindo em conjunto com as autoridades de todo o mundo para conter o avanço e o agravo social da doença (WHO, 2021).

No cenário da pandemia de Covid-19, países asiáticos e oceânicos agiram com mobilização de recursos físicos e tecnológicos (com rápida construção de hospitais e centros de saúde específicos para tratamento de indivíduos diagnosticados com a patologia), além de terem contado com profissionais capacitados (realizaram treinamentos e aperfeiçoamentos) e imobilizado grandes contingentes populacionais (através do emprego de procedimentos de isolamento horizontal, em que a maior parte da população permanece isolada em seus domicílios). Entretanto, os Estados Unidos da América (EUA) e países europeus, como a Itália, Espanha, França e o Reino Unido, enfrentaram dificuldades consideráveis no enfrentamento da patologia, com números elevados de mortes e infectados. Tal cenário deu-se pela baixa adoção de medidas eficazes de enfrentamento da doença; observando-se relutância ao fechamento temporário do comércio para procedimentos de isolamento social, por exemplo, além do esgotamento dos recursos disponíveis nos sistemas de saúde para o tratamento dos infectados (LIMA, BUSS e PAES-SOUZA, 2020).

Em contraponto aos países desenvolvidos, a chegada de Covid-19 na América Latina foi facilitada pelo baixo crescimento econômico, pela debilidade de investimentos em setores públicos (saúde, ciência e educação), pela grande instabilidade política do momento e pelo enfraquecimento de vínculos regionais. De tal modo, o período de pandemia trouxe grandes repercussões aos países latinos, não somente à economia e ao desenvolvimento nacional, mas principalmente à saúde pública (LIMA, BUSS e PAES-SOUZA, 2020).

No Brasil, as ações estatais referentes à pandemia iniciaram-se efetivamente no dia 22 de janeiro de 2020 por meio da ativação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para o novo Coronavírus (SARS-COV-2), cuja ação seguia os parâmetros estabelecidos no Plano Nacional de Resposta às Emergências em Saúde Pública. Entretanto, enquanto o SUS preparava-se para o enfrentamento de Covid-19, com a organização e elaboração de projetos e medidas excepcionais, como de quarentena, o Presidente da República, no dia 26 de janeiro de 2020, minimizava o cenário pandêmico, não elaborando medidas obrigatórias de restrição de atividades sociais ou de qualquer outro tipo de prevenção (HENRIQUE e VASCONCELOS, 2020).

Indo além, pode-se dizer que, desde o início da pandemia, o Presidente da República não incentivou qualquer ação para conter a proliferação do vírus, como também não demonstrou nenhuma sensibilidade com relação ao número de mortes ocasionado pela Covid-19. O que se visualizou foi a tomada de poucas intervenções por parte do governo federal para a contenção do avanço da disseminação, tendo os governadores dos estados brasileiros agido isoladamente, como, por exemplo, com a suspensão das atividades escolares, o aumento de leitos de UTI e a implementação de medidas de isolamento social.

As ações para o enfrentamento de Covid-19 variaram de acordo com a localidade (estados e municípios brasileiros), uma vez que as medidas para evitar o contágio exigiram custos sociais e econômicos para mostrarem-se eficazes. Além disso, como apontado por Schuchmann et al. (2020), pôde-se visualizar, na realidade brasileira, uma dualidade de posições: de um lado, o Ministério da Saúde recomendando o isolamento social amplo (isolamento horizontal) baseado em evidências matemáticas e estudos epidemiológicos; e de outro, o Poder Executivo, com a defesa da realização

de isolamentos restritos aos infectados e ao grupo de risco, isto é, as pessoas com doenças crônicas e idosos (isolamento vertical), de modo a preservar a economia nacional.

Tal cenário levou à baixa aceitação populacional das recomendações sanitárias (como uso correto de máscaras individuais de proteção) e baixa aplicação de procedimentos de isolamento social nas cidades brasileiras, com conseqüente aumento na transmissão e no número de casos confirmados da doença. Como resultado, não se fez perceptível, no ano de 2020 e até maio de 2021, um controle no número e na recuperação de infectados, tendo diversos hospitais do país entrado em colapso devido à não adoção de medidas amplas de quarentena e cuidados básicos preventivos.

Em decorrência do quadro brasileiro de saúde pública no período de pandemia, fizeram-se presentes também instabilidades econômicas e políticas. As dificuldades financeiras puderam ser visualizadas em todas as regiões do país, uma vez que as ações de isolamento paralisaram diversas atividades laborais consideradas não essenciais. Uma das medidas adotadas para amparar os trabalhadores foi o da instituição, por parte do Governo Federal, do auxílio emergencial residual para o enfrentamento das dificuldades criadas pela pandemia de Covid-19.

A instabilidade política é destacada por Costa, Rizzotto e Lobato (2020) ao comentarem a ausência de uma liderança que conduzisse o país a enfrentar a Covid-19. Os autores expõem que o Presidente da República optou por gerar crises políticas com os demais Poderes da Federação, tendo adotado uma posição negacionista – ao minimizar a gravidade e extensão da patologia – e contrária às evidências científicas de órgãos nacionais e internacionais. Tal posicionamento contribuiu para a ampliação e o agravamento do cenário pandêmico, bem como compeliu governantes a assumirem o processo de enfrentamento da doença em consonância com o interesse público.

No que diz respeito às instituições educacionais brasileiras, a suspensão das atividades presenciais nas escolas iniciou-se no mês de março de 2020, tendo permanecido durante todo esse ano e também no de 2021. Nesse cenário, todas as instituições em todos os níveis de ensino utilizaram o ensino remoto para a execução de suas atividades, visando colaborar com os procedimentos de isolamento social. As atividades não presenciais poderiam ser, ou não, mediadas por meios digitais e/ou tecnológicos de informação e comunicação enquanto não fosse possível a presença física dos alunos no ambiente escolar. O que se presenciou com o ensino remoto foi um elevado prejuízo ao aprendizado, uma vez que fragilizou as mediações pedagógicas realizadas no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, trouxe repercussões aos professores, por ter modificado toda a dinâmica de trabalho tida até então.

Portanto, a pandemia de Covid-19 trouxe sérios problemas relacionados ao aspecto epidemiológico e, conseqüentemente, também à esfera social, econômica e política brasileira, isto é, além das condições adversas à saúde da população, houve restrições de locomoção (fechamento de fronteiras); de trabalho (muitas ocupações não puderam ser executadas devido à alta possibilidade de contágio); de sustento (relacionado às dificuldades econômicas); de estudos (as instituições de ensino necessitaram adaptar integralmente o modo de execução de suas atividades); de relacionamento interpessoal (em razão da quarentena e dos protocolos de distanciamento interpessoal); e de proteção social (devido a divergentes opiniões, posturas e ações dos órgãos e dirigentes governamentais).

Realidades vivenciadas por professores

Passar por um período de pandemia modifica a vida de toda uma população, seja de forma direta ou indireta. Tratando-se da Covid-19, que se alastrou por todo o globo, pode-se dizer que ninguém ficou alheio às suas manifestações/repercussões. Contudo, há de se considerar que o cenário não foi o mesmo para todos os indivíduos, isto é, cada ser vivenciou a pandemia de acordo com suas condições econômicas, sociais, sanitárias, laborais e pessoais. Nesse cenário, a classe dos professores compôs um dos grandes grupos afetados, visto que suas atividades foram amplamente modificadas – primeiramente, suspensas e, posteriormente, retomadas por meio do ensino remoto. Essa metodologia foi empregada como forma de dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, não tendo substituído com qualidade o ensino presencial, ou seja, ao contrário de alguns ofícios que puderam ser transpostos para o *home office* de maneira mais eficaz,

a docência sofreu graves e perceptíveis prejuízos.

Acredita-se, neste sentido, que a realidade vivenciada por professores assume importante papel na discussão sobre a saúde mental docente em tempos de pandemia. Isso porque, de acordo com Vigotski (2018), a vivência é um fator chave para a compreensão do significado e das consequências de eventos adversos sobre o ser humano. Para o autor, um fenômeno não deve ser tomado de forma independente para a delimitação de possíveis efeitos psíquicos, ou seja, deve-se determinar a sua influência através da vivência que foi tida pelo sujeito: “[...] uma mesma situação do meio, um mesmo acontecimento que atinge diferentes pessoas que se encontram em etapas etárias distintas tem uma influência distinta sobre o desenvolvimento de cada uma delas” (2018, p. 77).

Vigotski (2018) exemplifica a influência do meio sobre os indivíduos através da ilustração do caso de três crianças que passaram por uma mesma situação, mas que apresentaram diferentes comportamentos. Tratava-se de um grupo de irmãos que vivia em um ambiente de pavor e de terror, em que a mãe tentou atirar um de seus filhos pela janela, espancou a todos e atirou-os ao chão. Mesmo sendo da mesma família e passando pelo mesmo evento, cada um deles vivenciou e reagiu à situação de forma diferente: o mais novo não atribuiu sentido algum, tendo apresentado indiferença à situação; o do meio apresentou um conflito agudo com presença de sentimentos de ódio, medo e raiva; e o mais velho vivenciou o momento como uma desgraça que abateu a família, o que o motivou a buscar formas de ajudar a mãe e os irmãos.

Neste aspecto, Vigotski (2018, p. 78, grifos do autor) conceitua vivência como sendo:

[...] uma unidade na qual se representa, de modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa –, e, por outro lado, como eu vivencio isso. Ou seja, as especificidades da personalidade e do meio estão representadas na vivência: o que foi selecionado do meio, os momentos que têm relação com determinada personalidade e foram selecionados desta, os traços de caráter, os traços constitutivos que têm relação com certo acontecimento.

Com base nisso, entende-se que a análise da vivência de professores à época pandêmica pode trazer informações valiosas sobre a percepção e seus efeitos sobre o estado de saúde mental desses sujeitos. Neste aspecto, o questionário elaborado para aplicação com os participantes abordou, por meio de suas questões, as mudanças na realidade percebidas no período de pandemia. O questionário foi elaborado com o intuito de se representar o meio, a realidade em que os professores estiveram inseridos para, a partir de então, tecerem-se considerações sobre como eles vivenciaram esse cenário. A partir das falas dos próprios participantes, duas categorias temáticas (CT) foram elencadas: *nova metodologia* e *sobrecarga de trabalho*. A divisão das CT deu-se para fins didáticos, tendo elas uma estreita proximidade.

A CT *nova metodologia* refere-se à mudança de metodologia do ensino presencial para o ensino remoto. Nesse sentido, 75,9% dos participantes alegaram terem recebido orientações sobre o modo de funcionamento do ensino remoto, mas não receberam treinamentos e formação específica (uso de plataformas virtuais e emprego de metodologias específicas); 17,6% descreveram não terem recebido nenhuma orientação ou formação e 6,5% relataram terem recebido alguma capacitação. O que se apreende disso é que houve pouco preparo para a execução das mediações pedagógicas sob a nova metodologia. Esse aspecto não se resume somente aos participantes desta pesquisa, tendo aparecido também nos resultados de outros estudos.

Santiago, Sousa e Silva (2020) realizaram, por exemplo, uma investigação das dificuldades do ensino remoto e constataram a falta de preparo das instituições de ensino, assim como, conseqüentemente, dos professores para a execução dessa metodologia de ensino. Os dados obtidos no estudo apontam o pouquíssimo tempo para adaptação com o novo modo de trabalho, não constando somente problemas de falta de estrutura, mas também de adaptação ao sistema devido à falta de preparações prévias. Para os autores (2020, p. 3), “[...] todo planejamento das instituições juntamente com os professores teve que ser retrabalhada para atender às novas necessidades, a problemática está no ponto em que não se houve tempo para tal planejamento,

gerando assim uma certa insegurança entre os profissionais de ensino [...]”.

Vasconcelos e Araújo (2020) obtiveram dados semelhantes em sua pesquisa sobre a percepção de professores da prática com o ensino remoto. Ao aplicarem um questionário com 20 docentes de escolas particulares de Salvador/BA, as autoras perceberam que a maioria deles (70%) teve dificuldades com essa metodologia de ensino. Algumas das problemáticas evidenciadas pelos participantes foi a falta de capacitação (65%), dificuldades de adaptação com o modo remoto (40%), dificuldades em gravar e compartilhar vídeos (15%) e dificuldades com o uso das diversas ferramentas digitais (5%). Como pode-se notar, todos esses aspectos relacionam-se a problemas de adaptação docente com a metodologia remota.

Considera-se que esses fatores caracterizam-se como negativos de primeira ordem, seguindo as descrições de Esteve (1999). Esse autor, que se dedicou amplamente ao estudo do mal-estar docente, classificou as possíveis influências negativas à saúde mental de professores como de primeira e segunda ordem, descrevendo-as como, respectivamente, as mudanças nas atividades pré-estabelecidas do professor em sala de aula e o contexto com que a docência está sendo exercida. Neste sentido, um dos aspectos que pode ocasionar tensão e emoções negativas ao professor é o de mudanças no desempenho de seu ofício. Não há como deixar de considerar que o ensino remoto emergencial, como presente no próprio nome, mudou bruscamente o desempenho do ofício docente, potencializando, assim, o surgimento de modalidades de mal-estar.

Isso pode ser percebido nas falas dos professores: “para melhor apropriação dos conteúdos trabalhados, precisamos apresentar o conteúdo em diversos formatos, o que limita muito o envio das atividades, preciso me preparar tecnologicamente para saber lidar com os equipamentos, tais como computador, internet, entre outros materiais” (P1); “a preocupação era muita no quesito não saber ao certo o que deveria fazer para auxiliar, os investimentos na educação também requerem uma visão e um amparo em ferramentas tecnológicas para os profissionais envolvidos na educação” (P2); “com certeza, o profissional com saúde física e mental conseguirá desempenhar melhor suas atividades, pois se faz necessário nos adaptar à nova realidade, mas também que tenhamos melhores condições de trabalho” (P3).

Neste aspecto, concorda-se com Mendonza e Rodriguez (2020) que a classe docente não esteve preparada, no período de pandemia, para passar por mudanças repentinas. Os excertos anteriormente destacados evidenciam a falta de preparo prévio dos docentes para com os instrumentos não presenciais de trabalho. Tratando-se do ensino remoto, os recursos instrumentais descritos pelos professores referem-se às apostilas impressas e às orientações por aplicativos como *WhatsApp* e *Google Meet*. Neste sentido, Esteve (1999) destacou a necessidade de o professor integrar novas fontes/recursos ao seu método tradicional, contudo, a formação docente não facilita esse aspecto, uma vez que, segundo o autor, professores continuam a serem formados de acordo com os velhos modelos normativos.

Os dados obtidos na pesquisa permitem a visualização desse aspecto: 72,9% dos participantes relataram não terem sido preparados academicamente (graduação e pós-graduação) para trabalhar com o ensino remoto, enquanto 25,9% disseram terem sido preparados somente parcialmente e 1,2% alegaram ter tido amparo integral para trabalhar com essa modalidade de ensino. Como pode-se perceber, uma parcela mínima de indivíduos esteve capacitada academicamente para as atividades profissionais não presenciais, segundo eles mesmos, estando a maior parte pouco ou nada preparada nesse aspecto. Há de se ressaltar também que um dos aspectos evidenciados pelos participantes ao serem perguntados sobre as principais dificuldades com o ensino remoto foi a insuficiência na formação profissional – 42,9% salientaram esse fator.

Não se pode dizer, contudo, que a carência acadêmica deve-se a um déficit na formação pedagógica dos participantes da pesquisa, uma vez que cerca de 85% dos participantes possuíam pós-graduação, além desse aspecto ter sido percebido também em outras localidades. Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) notaram, por exemplo, que a falta de formação e a carência de infraestrutura adequada para a realização de atividades remotas com professores afetou psicologicamente um número significativo de professores atuantes na rede pública de educação básica do estado de Rio Grande do Sul, fenômeno visualizado pelo aumento de sintomas de estresse e ansiedade. Por sua vez, Honorato e Marcelino (2020) identificaram em seu estudo que o currículo pedagógico atual brasileiro não contempla o uso de novas tecnologias educacionais, como a de

ferramentas de aprendizagem digital.

Nesse ponto, pode-se observar como uma mudança nas atividades pré-estabelecidas do professor em sala de aula, conforme comentado por Esteve (1999), pode desencadear mal-estares a docentes. Além de se presenciar certo distanciamento entre o sentido e o significado da ação do professor, o que caracteriza um trabalho alienado. Considera-se que todas as possíveis emoções negativas, como, por exemplo, a frustração, relacionam-se à consciência dos indivíduos sobre seu papel e os resultados alcançados. Um ponto importante a se considerar também é o das cobranças por resultados, aspecto destacado por 49,4% dos participantes da pesquisa como uma das principais dificuldades advindas com o emprego do ensino remoto. P4 ilustra isso ao relatar: “senti muita insegurança, *cobrança indevida* que abalou minha saúde, ficando ansiosa e triste”.

Vigotski (2018, p. 80) afirma que a influência do meio sobre a pessoa, “[...] junto com as demais influências, será medida também pelo nível de compreensão, de tomada de consciência, de atribuição de sentido ao que nele acontece”. Isso quer dizer que os participantes, ao tomarem consciência de suas dificuldades para executar as atividades em ambiente remoto, podem vivenciar uma situação facilitadora ao surgimento de angústia, preocupação e outros afetos. Ao se considerar que eles são os responsáveis pela aprendizagem dos alunos, aspecto fundamental para seu desenvolvimento, o mal-estar pode aumentar consideravelmente. A cobrança pelos resultados também agrega potência ao mal-estar dos professores. Os dados obtidos na presente pesquisa apontam que uma ampla gama de docentes vivenciou negativamente suas realidades, algo que contribui para o adoecimento psíquico.

Entretanto, uma nova metodologia de ensino não foi a única mudança na realidade dos professores. Precisa-se considerar também a *sobrecarga* de atividades ocorridas ao longo do período de pandemia. Essa CT diz respeito ao acúmulo de funções pelos participantes, como a da jornada excessiva de trabalho. Neste aspecto, cabe destacar o grande aumento de tarefas destinadas aos professores durante todo o período de pandemia, isso porque, além do ensino remoto ter se caracterizado como algo novo aos docentes, também demandou outras atividades, além das corriqueiras, como o aprender a lidar com a tecnologia. Também se refere ao planejamento das atividades remotas, o que necessitou de atenção especial pelo fato de os alunos realizarem com o auxílio dos pais, sem o contato com a figura do professor.

Outros aspectos também se somaram às atividades dos docentes: correção dos exercícios enviados para serem realizados remotamente; preenchimento de relatórios de acompanhamento das evoluções didáticas; acompanhamento da devolutiva das atividades; registro de frequência de acordo com a sua realização e contato diário via aplicativo com os alunos e seus responsáveis, a fim de acompanhar o processo de aprendizagem. Isso fez com que 80,6% dos participantes destacassem sobrecarga de trabalho; 42,4% dos professores descreveram a necessidade de maior tempo para planejar as atividades e confeccionar relatórios como uma das principais dificuldades com o ensino remoto, junto com 69,4% que alegou excesso de atividades (domésticas, profissionais etc.).

Algumas falas dos participantes demonstram essa questão: “*foi insuportável o excesso de trabalho remoto, ficar sentado em frente ao computador por oito, dez, doze horas. Foi algo insuportável e frustrante as dores, a pressão por um trabalho bem-feito, sem saber como fazer*” (P5); “*minha carga horária e as coisas que tenho que fazer é muito mais do que consigo dar conta. Estamos trabalhando dobrado, tenho preocupação pela impressão de que não vou dar conta de realizar meu trabalho com excelência*” (P6). Destacamos ainda a fala do P7:

Meu nível de estresse e irritabilidade foi muito grande por conta do aumento das coisas que me são cobradas, com prazos curtos para entrega. Ou ainda pior: em cima da hora, fazendo com que eu trabalhe 40h por semana, sendo que minha carga horária deveria ser de 20h semanais. As atividades muitas vezes se acumularam simplesmente por, naquele momento, eu não me sentir bem para corrigir, o que se torna uma bola de neve, pois a cada quinze dias uma nova leva de atividades chegava para ser corrigida (P7).

Nesses excertos, percebe-se o aumento das atividades a serem desempenhadas pelos professores, assim como os efeitos psíquicos dessa sobrecarga. Pelas falas, notam-se os sintomas

de angústia, ansiedade, insônia, nervosismo, preocupação e sentimentos de culpa e frustração, como alguns dos efeitos da sobrecarga no âmbito das atividades profissionais – vale salientar que quase 70% dos participantes possuíam carga horária de 40 horas semanais, além de seus afazeres pessoais. Considera-se também que esse quadro de adoecimento encontra respaldo para existência no sistema socioeconômico vigente.

Como comentado por Dunker (2020), as doenças mentais e os sintomas psicopatológicos são alimentados por aspectos do meio sociocultural, os quais conduzem a formas adoecidas de se perceber a vida. Em outras palavras, os indivíduos são levados a interpretar as dificuldades como unicamente de sua responsabilidade, em uma via na qual procuram adaptar-se aos parâmetros sociais. Cada vez mais adoecido, o sujeito intensifica sua procura por um melhor desempenho no trabalho e maximização de prazer, com negação de todo e qualquer sofrimento.

Safatle (2020) assinala que o sistema capitalista tenta colonizar o gozo dos indivíduos, o que equivale a dizer que manipula as maneiras de trabalhar, estudar, relacionar-se, enfim, de viver. Nesse processo, incentiva-se o excesso, isto é, realizam-se imperativos para que o sujeito trabalhe mais e mais “enquanto o outro dorme”, seja feliz a todo custo etc., o que produz um ser adoecido. Há, assim, uma gestão do sofrimento psíquico, em que mal-estares são administrados para gerarem mais esforços pelo indivíduo.

Forattini e Lucena (2015) consideram que o trabalho focado no desempenho e nos resultados – da maneira como destacou o P6: “tenho preocupação pela impressão de que não vou dar conta de realizar meu trabalho *com excelência*” – acaba por envolver os professores em uma lógica de individualização máxima, fazendo com que entendam suas condições de sofrimento como próprias e não sociais.

Ribeiro, Scorsolini-Comin e Dalri (2020) descrevem que as novas demandas educacionais, as quais são fomentadas pelo sistema capitalista, têm ocasionado aumento da carga horária do professor pela necessidade de se estar “conectado”, sem haver contrapartida salarial, afetiva ou ética, o que leva a formas de desânimo, cansaço, ansiedade e depressão. Sublinha-se que o adoecimento psíquico não surge unicamente por essa via, de gestão social, mas encontra, nela, aspectos que facilitam seu surgimento e dificultam seu rompimento.

A sobrecarga de atividades transpõe o âmbito profissional; aspecto que se percebe nas respostas sobre acúmulo de tarefas, pois somam aspectos domiciliares, individuais e sociais à discussão da sobrecarga de funções. Sobre isso, 52,9% dos participantes descreveram complicações para conciliar as atividades profissionais com a rotina doméstica e/ou familiar; 57,1% destacaram problemas para lidar com as demandas familiares, profissionais e sociais; 41,8% evidenciaram carência de contato interpessoal e 42,9% descreveram dificuldades para a realização de atividades físicas.

Salienta-se que 96,5% dos participantes da pesquisa são do sexo feminino, logo, considera-se que a rotina doméstica e/ou domiciliar compõe um aspecto importante, já que, historicamente, a mulher é vista como responsável por essas tarefas. Esse aspecto foi discutido por Castro et al. (2020), que evidenciaram sobreposição do trabalho doméstico e das atividades profissionais às mulheres trabalhadoras durante o período de pandemia, com fragilização entre as linhas divisórias dos espaços públicos e privados. Assim, trabalhando em casa, em *home office*, as professoras estiveram com tarefas acumuladas, sejam elas profissionais, domésticas, de cuidado dos filhos, etc. Ficou, dessa maneira, evidenciado o acúmulo de funções.

Algumas falas ilustram o que se acabou de mencionar: “*aumento considerável de ansiedade e de insônia, muita preocupação com a demanda de trabalho escolar, tendo que administrar o cuidado dos filhos pequenos, atividades domésticas, o que gera uma exaustão física e mental*” (P8); “*estava sempre estressada, gritava muito com as minhas filhas, tudo me irritava, não conseguia dormir à noite, estava sobrecarregada com trabalho, casa e tarefas escolares dos filhos*” (P9); “*antes da pandemia, meu filho ia à escola em tempo integral e eu utilizava esse tempo para arrumar a casa e fazer minhas atividades domésticas e, com a pandemia, tudo mudou, tive que conciliar trabalho, casa, filho, marido...*” (P10).

Fica claro nesses relatos o excesso de atribuições às participantes, o que as levou a estados de exaustão física e mental. Conceição (2021) discute esse aspecto em seu estudo sobre os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o lazer e o trabalho de professores em *home office*.

O autor realizou uma investigação, por meio de um questionário, da percepção de 44 docentes, tendo percebido com isso que, para 75%, houve uma diminuição do tempo de lazer e que, do tempo de lazer existente, houve insatisfação geral para 60,9% dos participantes. Isso ocorreu pelo fato de as experiências de lazer dos professores, para além da dimensão do espaço, terem sido “comprometidas pelo imbricamento das expressões do tempo em um único ambiente: o lar. As demandas laborais concomitantes às obrigações domésticas e familiares comprometeram o lazer do professor” (p. 522).

A falta de tempo para a realização de atividades físicas e até mesmo a carência de momentos de confraternização e convívio interpessoal também foram apontados pelos participantes da pesquisa como consequências da sobrecarga e das limitações impostas pelo período pandêmico. O prejuízo resultante é evidente, visto haver consenso na literatura sobre a importância desses fatores para o bem-estar físico e emocional do ser humano. Alves e Rodrigues (2010) discorrem, por exemplo, que a pobreza de recursos sociais e de condições de saúde compõe um dos principais fatores fomentadores de adoecimento psíquico.

Considerações Finais

Constatou-se, nesta pesquisa, que os aspectos políticos, econômicos e epidêmicos da Covid-19 trouxeram repercussões a toda população brasileira. Dentre alguns dos fatores mais agravantes, cita-se o negacionismo do Presidente da República em relação à gravidade da Covid-19; a desvalorização da ciência; o pouco amparo estatal dado a famílias em situação de vulnerabilidade econômica; a supervalorização da economia em detrimento da vida; dentre outros. Nesse cenário, a intensa desigualdade social do país esteve escancarada e alguns indivíduos sofreram e ainda sofrem mais do que outros em função de suas condições econômicas e materiais.

Enquanto alguns brasileiros puderam seguir de forma mais fiel às medidas de isolamento social e de higienização, outros não tiveram as mínimas possibilidades de permanecer em casa, uma vez que, não ir ao trabalho, também significaria não ter condições de sobrevivência. Ao mesmo tempo, medidas de higiene, tal como lavar as mãos regularmente, usar máscaras de proteção e utilizar álcool em gel, não foram seguidas facilmente pela população, grande parte por falta de incentivo do Governo Federal. O Presidente da República, com um governo marcado por crises, em uma gestão radical de direita, fez mais por agravar o cenário pandêmico do que o enfrentar, fator que repercutiu significativamente no campo da educação.

Um aspecto constatado nas realidades dos professores, especificamente, foi o da sobrecarga de atividades profissionais e domiciliares ao longo de período de pandemia. O que se percebeu foram cobranças em relação à aprendizagem dos alunos, exigência de preenchimento de documentos descritivos das ações empregadas com o ensino remoto, falta de tempo para atividades de recreação e lazer, dificuldades para atender às demandas dos filhos e cônjuges, demasia de atividades domésticas a serem efetuadas, dentre outros fatores. De maneira geral, percebeu-se que os professores estiveram submetidos a intensas jornadas de trabalho, demandas e preocupações, as quais lhes ocasionaram cansaço, insônia, sentimentos de culpa, etc.

Verificou-se que todos os participantes da pesquisa apresentaram alguma dificuldade ao longo do período de pandemia, seja ela de execução das atividades profissionais sob os moldes do ensino remoto; no manejo das atividades domésticas, laborais e sociais; na angústia pelo desconhecido; no receio de contrair a doença; de morrer; no luto pela perda de entes queridos; na preocupação com a situação do país e até no contato interpessoal, que esteve muito limitado em razão das medidas de isolamento. Dessa maneira, pode-se concluir que todos esses aspectos repercutiram negativamente na vida desses profissionais e, conseqüentemente, em sua saúde mental.

Referências

ALVES, A. A. M.; RODRIGUES, N. F. R. Determinantes sociais e econômicos da saúde mental. Ver. **Port. Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 127-131, 2010.

BRASIL. **Coronavírus COVID-19: O que você precisa saber**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

CASTRO, T. C. M.; et al. Em tempos de coronavírus: home office e o trabalho feminino. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 14, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/20017>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CONCEIÇÃO, V. **Impactos da pandemia de COVID-19 no lazer e no trabalho do professor universitário em home office**. Revista Licere, v. 24, n. 3, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/36337/28430>. Acesso em: 17 abr. 2022.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. V. C. Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. **Saúde Debate**, v. 44, n. 125, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2020.v44n125/289-296/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CRESSWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In SAFATLE, V., SILVA J. N., DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 177-212.

ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antônio. (orgs.). **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora, 1999.

FORATTINI, C. D.; LUCENA, C. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 2, maio-ago., 2015. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/2779-1452556088.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

GULLOT, C. C.; SERPA, G. R. Principales pandemias en la historia de la humanidad. **Revista Cubana de Pediatría**, v. 92, n. 1, jul. 2020. Disponível em: <http://www.revpediatria.sld.cu/index.php/ped/article/view/1183/714>. Acesso em: 17 abr. 2022.

HENRIQUES, C. M. P.; VACONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, maio/ago. 2020. Disponível em https://www.scielo.br/-scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200025&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2022.

HONORATO, H. G.; MARCELINO, A. C. K. B. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. In: **Anais da II Jornada Científica e do I SIEI - Simpósio Internacional da Faculdade de Anicuns**. Anais...Anicuns(GO) Faculdade de Anicuns, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/jornadasiei/323962-a-arte-de-ensinar-e-a-pandemia-covid-19--a-visao-dos-professores->. Acesso em: 17 abr. 2022.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; PAES-SOUZA, R. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, p. 1-4, jul. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2020000-700503&script=sci_arttext. Acesso em: 17 abr. 2022.

MENDOZA, I. D. C.; RODRÍGUEZ, M. A. Y. Role of the professor in times of COVID-19. *International Research Journal of Engineering, IT & Scientific Research*, v. 6, n. 6, p. 37-44, 2020. Disponível em: <https://sloap.org/journals/index.php/irjeis/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de Campo: Contexto da Observação e Descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-77.

REZENDE, J. M. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. *Revista de Patologia Tropical*, v. 27, n. 1, p. 153-155, jan./jun. 1998.

RIBEIRO, S. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; DALRI, R. C. M. B. **Being a professor in the context of the COVID-19 pandemic: Reflections on mental health**. *Index de Enfermeria*, v. 29, n. 3, p. 137-141, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-1187396>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SAFATLE, V. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTIAGO, D. S.; SOUSA, L. L. L.; SILVA, J. C. **As dificuldades do ensino remoto no ensino superior**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/6522>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. **A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente**. *Práxis Educativa*, v. 15, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218250>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SCHUCHMANN, A. Z.; et al. **Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19**. *Brazilian Journal Health Review*, Curitiba, v. 3, n. 2, p.3556-3576, mar./abr. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>. Acesso em: 17 abr. 2022.

VASCONCELOS, C. R. D.; ARAÚJO, J. A. Q. C. Educação em tempos de pandemia: a prática do ensino remoto na percepção de professores. **Anais do XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**. 2020. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6954-texto_proposta_completo.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

VIGOTSKI, L. S. **7 aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

WHO - World Health Organization. **The World health report 2001. Mental Health: New Understanding, New Hope**. WHO Library Cataloguing in Publication Data, 2001.

Recebido em 22 de abril de 2022
Aceito em 25 de maio de 2022